

BRVias Holding
VRD S.A.

**Informações intermediárias em 30
de junho de 2017**

Conteúdo

Relatório sobre a revisão de informações contábeis intermediárias	3
Balanços patrimoniais	5
Demonstrações de resultados	6
Demonstrações de resultados abrangentes	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto	9
Notas explicativas às informações contábeis intermediárias	10



KPMG Auditores Independentes
Passeio das Castanheiras, 431 - Salas 407 a 411
Condomínio Tríade - Torre Nova York - Parque Faber Castell
13561-384 - São Carlos/SP - Brasil
Caixa Postal 708 - CEP 13560-970 - São Carlos/SP - Brasil
Telefone +55 (16) 2106-6700, Fax +55 (16) 2106-6767
www.kpmg.com.br

Relatório sobre a revisão de informações intermediárias

Aos Administradores e Acionistas da
BRVias Holding VRD S.A.
São Paulo - São Paulo

Revisamos as informações contábeis intermediárias da BRVias Holding VRD S.A. ("Companhia"), individual e consolidada, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente para o período de três e seis meses findo naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

A administração BRVias Holding VRD S.A. ("Companhia") é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21(R1) - Demonstração Intermediária. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.



Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individual e consolidada, acima referidas, não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) aplicáveis à elaboração de informações contábeis intermediárias.

Ênfase

Chamamos à atenção para a nota explicativa nº 1 às informações contábeis intermediárias, que indica que a Companhia incorreu no prejuízo de R\$ 9.370 mil durante o período de seis meses findo em 30 de junho de 2017 e, nessa data, o passivo circulante da Companhia e sua controlada excedeu o ativo circulante em R\$ 159.007 mil e R\$ 830.307 mil, na controladora e no consolidado, respectivamente, substancialmente pela reclassificação do passivo não circulante para o passivo circulante no montante de R\$ 75.873 mil e R\$ 556.223 mil, na controladora e consolidado, respectivamente, de empréstimos e financiamentos e debentures, ensejado pelo descumprimento de cláusulas contratuais (“covenants”) em contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures, que poderiam vir a provocar o vencimento antecipado de obrigações de longo prazo, bem como divulga as ações que estão sendo implementadas pela Companhia para a reversão desse cenário. A continuidade operacional da Companhia e sua controlada depende da capacidade da Administração executar os planos de negócio aprovados pelo Conselho de Administração. Conforme apresentado na referida nota explicativa, esses eventos ou condições, associados ao fato da Administração da Companhia e sua controlada estar negociando com as instituições financeiras e com os debenturistas o alongamento das dívidas vincendas e as alterações das cláusulas de *covenants* financeiros, indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia e sua controlada. Nossa conclusão não está ressalvada em relação a esse assunto.

São Carlos, 21 de setembro de 2017

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Rafael Henrique Klug
Contador CRC 1SP246035/O-7

BRVias Holding VRD S.A.

Balanços patrimoniais em 30 de junho de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

		Controladora		Consolidado	
Ativo	Nota	30/06/2017	31/12/2016	30/06/2017	31/12/2016
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	5	77	653	3.267	3.947
Aplicações financeiras	6	-	-	20.073	26.556
Contas a receber	7	-	-	8.854	10.559
Despesas pagas antecipadamente		-	-	1.004	430
Adiantamento a fornecedores		-	-	2.590	1.005
Outros créditos		32	32	4.888	3.891
Total do ativo circulante		109	685	40.676	46.388
Não circulante					
Realizável a longo prazo					
Depósitos judiciais		-	-	1.711	1.532
Investimentos	9	254.254	242.102	-	-
Imobilizado	10	-	-	6.271	7.035
Intangível	11	-	-	956.301	954.176
Total do ativo não circulante		254.254	242.102	964.283	962.743
Total do ativo		254.363	242.787	1.004.959	1.009.131

As notas explicativas são parte integrante das informações intermediárias.

		Controladora		Consolidado	
Passivo	Nota	30/06/2017	31/12/2016	30/06/2017	31/12/2016
Circulante					
Empréstimos e financiamentos	12	50.905	42.816	264.452	266.704
Adiantamento para futuro aumento de capital	8	14.200	6.200	14.200	6.200
Debêntures	13	93.181	88.339	512.644	506.915
Fornecedores	14	-	-	36.475	35.656
Fornecedores – risco sacado	14	-	-	804	6.865
Obrigações tributárias		-	-	2.055	2.468
Obrigações sociais		-	-	5.528	4.537
Provisão para manutenção	15	-	-	31.956	32.293
Outras contas a pagar		765	750	2.804	789
Dividendos a pagar		66	66	66	66
Total do passivo circulante		159.117	138.171	870.984	862.493
Não circulante					
Provisão para manutenção	15	-	-	18.301	20.495
Imposto de renda e contribuição social diferido	16	-	-	19.570	20.230
Provisão para contingências	17	-	-	858	1.297
Total do passivo não circulante		-	-	38.729	42.022
Patrimônio líquido	18				
Capital social		237.469	237.469	237.469	237.469
Reserva de capital		25.461	25.461	25.461	25.461
Prejuízos acumulados		(167.684)	(158.314)	(167.684)	(158.314)
Total do patrimônio líquido		95.246	104.616	95.246	104.616
Total do passivo		159.117	138.171	909.713	904.515
Total do passivo e patrimônio líquido		254.363	242.787	1.004.959	1.009.131

BRVias Holding VRD S.A.

Demonstrações de resultados

Períodos de três e seis meses findos em 31 de junho de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

	Nota	Controladora				Consolidado			
		2017 (3 meses)	2016 (3 meses)	2017 (6 meses)	2016 (6 meses)	2017 (3 meses)	2016 (3 meses)	2017 (6 meses)	2016 (6 meses)
Receita operacional líquida	19	-	-	-	-	50.615	56.081	97.264	103.793
Custo dos serviços prestados	20	-	-	-	-	(24.626)	(33.878)	(48.833)	(59.387)
Custo de construção	20	-	-	-	-	(7.391)	(15.585)	(12.082)	(22.710)
Lucro bruto		-	-	-	-	18.598	6.618	36.349	21.696
Receitas (despesas) operacionais									
Despesas gerais e administrativas	20	(95)	(150)	(239)	(154)	(1.916)	(2.265)	(4.081)	(4.105)
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		(95)	(150)	(239)	(154)	16.682	4.353	32.268	17.591
Receita financeira	21	-	4	-	7	431	757	787	1.932
Despesa financeira	21	(1.945)	(6.624)	(6.934)	(11.859)	(19.425)	(33.307)	(43.084)	(69.604)
Receitas (despesas) financeiras líquidas		(1.945)	(6.620)	(6.934)	(11.852)	(18.994)	(32.550)	(42.297)	(67.672)
Participação nos lucros das empresas investidas por equivalência patrimonial		58	(21.099)	(2.197)	(37.417)	-	-	-	-
Resultado antes dos impostos		(1.982)	(27.869)	(9.370)	(49.423)	(2.312)	(28.197)	(10.029)	(50.081)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	16	-	-	-	-	330	328	659	658
Prejuízo do período		<u>(1.982)</u>	<u>(27.869)</u>	<u>(9.370)</u>	<u>(49.423)</u>	<u>(1.982)</u>	<u>(27.869)</u>	<u>(9.370)</u>	<u>(49.423)</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações intermediárias.

BRVias Holding VRD S.A.

Demonstrações de resultados abrangentes

Períodos de três e seis meses findos em 31 de junho de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

	Controladora				Consolidado			
	2017 (3 meses)	2016 (3 meses)	2017 (6 meses)	2016 (6 meses)	2017 (3 meses)	2016 (3 meses)	2017 (6 meses)	2016 (6 meses)
Prejuízo do período	(1.982)	(27.869)	(9.370)	(49.423)	(1.982)	(27.869)	(9.370)	(49.423)
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-	-	-	-
Total de resultado abrangente do período	<u>(1.982)</u>	<u>(27.869)</u>	<u>(9.370)</u>	<u>(49.423)</u>	<u>(1.982)</u>	<u>(27.869)</u>	<u>(9.370)</u>	<u>(49.423)</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações intermediárias.

BRVias Holding VRD S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Período de seis meses findos em 31 de junho de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

	Capital social	Capital integralizar	Capital integralizado	Reserva de capital	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2016	137.469	-	137.469	25.461	(69.237)	93.693
Aumento de capital reratificado de 13 de maio de 2016 referente a integralização do aumento de capital conforme AGE em 15 de junho de 2016	100.000	(100.000)	-	-	-	-
Integralização de capital conforme AGE de 15 de maio de 2016	-	10.000	10.000	-	-	10.000
Prejuízo do período	-	-	-	-	(49.423)	(49.423)
Saldos em 30 de junho de 2016	<u>237.469</u>	<u>(90.000)</u>	<u>147.469</u>	<u>25.461</u>	<u>(118.660)</u>	<u>54.270</u>
Saldos em 1º de janeiro de 2017	237.469	-	237.469	25.461	(158.314)	104.616
Prejuízo do período	-	-	-	-	(9.370)	(9.370)
Saldos em 30 de junho de 2017	<u>237.469</u>	<u>-</u>	<u>237.469</u>	<u>25.461</u>	<u>(167.684)</u>	<u>95.246</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações intermediárias.

BRVias Holding VRD S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

Período de seis meses findos em 31 de junho de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2017	30/06/2016	30/06/2017	30/06/2016
Fluxo de caixa decorrente das atividades operacionais				
Prejuízo do período	(9.370)	(49.423)	(9.370)	(49.423)
Ajustes para:				
Depreciação	-	-	927	489
Amortização	-	-	9.957	8.852
Baixa do ativo imobilizado líquida	-	-	1	70
Baixa do intangível	-	-	651	6
Provisão para manutenção	-	-	8.083	17.155
(Reversão) constituição da provisão para demandas judiciais	-	-	(439)	237
Resultado de equivalência patrimonial	2.197	37.417	-	-
Encargos financeiros sobre empréstimos e financiamentos e debêntures	6.932	11.859	45.818	67.494
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	-	(659)	(658)
	(241)	(147)	54.969	44.222
(Aumento) redução no ativo:				
Contas a receber	-	-	1.705	742
Despesas pagas antecipadamente	-	-	(574)	(395)
Outros créditos	-	(3)	(2.761)	(1.843)
Aumento (redução) no passivo:				
Fornecedores	-	-	(5.241)	1.802
Obrigações tributárias	-	-	(413)	87
Obrigações sociais	-	-	989	724
Contas a pagar	15	84	2.016	2.435
Realização de provisão para manutenção	-	-	(10.614)	(9.380)
Juros de empréstimos e financiamentos e debêntures pagos	-	-	(37.509)	(39.556)
Fluxo de caixa (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais	(226)	(66)	2.567	(1.162)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
Integralização de capital social em controlada	(14.350)	-	-	-
Aplicações financeiras	-	-	(67.467)	(78.740)
Resgate das aplicações	-	-	70.028	89.377
Aquisição de imobilizado	-	-	(164)	(1.987)
Adição do intangível	-	-	(12.735)	(18.635)
Fluxo de caixa usado nas atividades de investimentos	(14.350)	-	(10.338)	(9.985)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos				
Captações de empréstimos e financiamentos e debêntures	6.000	-	34.854	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	8.000	-	8.000	-
Amortização de empréstimos e financiamentos e debêntures	-	-	(35.763)	(36.398)
Caixa líquido decorrente das atividades de financiamentos	14.000	-	7.091	(36.398)
Redução líquida de caixa e equivalentes de caixa	(576)	(66)	(680)	(47.545)
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	653	139	3.947	13.362
Caixa e equivalentes de caixa em 30 de junho	77	73	3.267	5.817

As notas explicativas são parte integrante das informações intermediárias.

Notas explicativas às informações intermediárias

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A BRVias Holding VRD S.A. (“Companhia”) é uma sociedade por ações de capital fechado, constituída em 18 de dezembro de 2007, com sede localizada na Avenida Dr. Cardozo de Melo, 1.608, 13º andar, conjunto 131, sala D, Vila Olímpia, cidade de São Paulo, no estado de São Paulo. Seu objeto social é exclusivamente a participação na ViaRondon Concessionária de Rodovia S.A (“Controlada” ou “ViaRondon”).

A Companhia iniciou suas atividades em 10 de dezembro de 2010, onde todas as ações da ViaRondon que eram detidas pelas empresas Comporte Participações S.A. e Splice do Brasil Telecomunicações e Eletrônica S.A foram aportadas na BRVias Holding VRD S.A, passando esta a ser a única acionista da ViaRondon, sendo contabilizado o montante de R\$111.899 de investimento em contrapartida do aumento de capital social.

Conforme informações intermediárias de resultado e no balanço patrimonial do período de seis meses findo em 30 de junho de 2017, a Companhia e sua controlada apresentaram prejuízo líquido de R\$ 9.370 (R\$ 49.423 em 30 de junho de 2016) e capital circulante líquido negativo de R\$ 159.007 (R\$ 137.486 em 31 de dezembro de 2016) na controladora e R\$ 830.307 no consolidado (R\$ 816.105 em 31 de dezembro de 2016), principalmente pela reclassificação do passivo não circulante para o passivo circulante no montante de R\$ 75.873 mil e R\$ 556.223 mil, na controladora e consolidado, respectivamente, de empréstimos e financiamentos e debentures, ensejado pelo descumprimento de cláusulas contratuais (“*covenants*”) em contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures, que usualmente no mercado poderiam vir a provocar a cobrança de multa pelos referidos credores diante do descumprimento e/ou um pagamento de prêmio para a contratação de uma nova curva de *covenants* para as próximas medições, se for o caso. A Administração entende ser improvável a decretação do vencimento antecipado de obrigações de longo prazo caso não haja a interrupção dos pagamentos das obrigações financeiras, dada a mecânica de preenchimento com os valores cobrado nas praças de pedágio das contas garantia e reserva aos credores, em valores que são suficientes para fazer frente aos vencimentos das parcelas dos empréstimos.

A Companhia e sua controlada estão adimplentes com as obrigações financeiras junto aos credores, e para fazer frente a suas obrigações contratuais a Companhia conta com o suporte dos acionistas por meio de integralizações de capital, bem como com recursos de terceiros, previstos para ocorrer nos seus planos de negócio.

Até a emissão destas informações contábeis intermediárias a Administração da Companhia e sua controlada continuam em discussão com os credores para a obtenção de *waiver* pelo descumprimento de *covenants*, conforme mencionado nas notas explicativas 12 e 13.

A Administração da Companhia e sua controlada vem mantendo as negociações com os debenturistas objetivando o alongamento das dívidas vincendas e as alterações das cláusulas de *covenants* financeiros para enquadrar a Companhia e sua controlada dentro do novo contexto da economia brasileira. As informações contábeis intermediárias foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações da Companhia e sua controlada, tendo em vista que os seus negócios têm se comportado conforme esperado em projetos da mesma natureza.

Os planos da administração da Controlada visam a recuperação dos resultados operacionais positivos ao longo dos próximos exercícios. Para isso a administração da Controlada busca a contínua eficiência operacional e consequentemente a redução dos custos de operação e manutenção da rodovia. Adicionalmente as projeções futuras de mercado indicam a melhoria do cenário econômico, que conjuntamente com a correção anual das tarifas, conforme previsto no contrato de concessão, e a retomada do crescimento econômico com impacto positivo no tráfego da rodovia, permitirão à Controlada aumentar suas receitas. Além disso, os impactos recentes da alta de inflação e juros, tanto nas despesas operacionais como na correção dos saldos das dívidas, se mostram menores acompanhando a tendência de redução dos níveis atuais de juros e inflação. A Controlada também prevê para os próximos períodos a entrada de recursos importantes oriundos da celebração de contratos de uso da faixa de domínio da rodovia por outras empresas, cujas negociações já estão em andamento.

2 Relação de entidades controladas

Segue abaixo a controlada da Companhia:

	Participação acionária %		
	País	2017	2016
ViaRondon Concessionária de Rodovia S.A.	Brasil	100%	100%

A sua controlada é uma sociedade por ações de capital aberto, com sede na Rua Argemiro Sandoval, nº 30, Jardim Americano, cidade de Lins, no estado de São Paulo, que iniciou suas atividades em 06 de maio de 2009.

O objeto social da sua controlada é a exploração do sistema rodoviário do Corredor Marechal Rondon Oeste (SP-300), de acordo com os termos de concessão outorgados pela Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo (ARTESP), trecho este concedido por meio da concorrência pública internacional (Edital nº 006/08), que se inicia entre o km 336 e o km 500, entroncamento com a SP-225, na Cidade de Bauru e finaliza-se nos km 667 e 630, na Cidade de Castilho, Estado de São Paulo.

A concessão possui um prazo de 30 anos e tem como objeto a execução, gestão e fiscalização dos serviços delegados, apoio na execução dos serviços não delegados e gestão de serviços complementares. É explorada em regime de cobrança de pedágio e de outros serviços prestados aos usuários. A prorrogação do prazo da concessão somente será admitida para recompor o equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

Decorrente desta concessão, a sua controlada assumiu os seguintes compromissos:

- Pagamento de direito de outorga no valor total de R\$ 411.000, dos quais R\$ 82.200 foram pagos à vista e o saldo devedor em 18 parcelas mensais e sucessivas de R\$ 18.300, reajustados de acordo com o reajuste nas cobranças da tarifa do pedágio, já tendo sido integralmente liquidado;
- Pagamento de valor correspondente a 3% da receita bruta de pedágio e das receitas acessórias efetivamente obtidas pela concessionária em 27 de junho de 2013 foi publicada no Diário Oficial a redução do percentual para 1,5%, passando a vigorar a partir de julho de 2013; e
- Realização de investimentos na rodovia.

Para fazer frente a suas obrigações contratuais a sua controlada tem contado com o suporte dos acionistas, bem como com recursos de terceiros. As informações trimestrais foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações da sua controlada.

3 Apresentação das informações contábeis intermediárias e principais políticas contábeis

Base de preparação

As informações contábeis intermediárias foram preparadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária, emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

Estas informações trimestrais foram elaboradas seguindo a base de preparação e políticas contábeis consistentes com aquelas adotadas na elaboração das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2016 e devem ser lidas em conjunto com tais demonstrações. As informações de notas explicativas que não tiveram alterações significativas ou aquelas que apresentavam divulgações irrelevantes em comparação a 31 de dezembro de 2016 não foram repetidas integralmente nestas informações intermediárias. Entretanto, informações foram incluídas para explicar os principais eventos e transações ocorridas, possibilitando o entendimento das mudanças na posição financeira e desempenho das operações da Companhia desde a publicação das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2016.

Na preparação destas informações intermediárias, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua e não tiveram alterações relevantes na preparação destas informações intermediárias em relação as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2016.

A emissão das informações financeiras intermediárias foi autorizada pela Administração em 21 de setembro de 2017.

Todas as informações relevantes próprias das informações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

4 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas ou alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2017. A Companhia e sua controlada não adotaram essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras. A Companhia e sua controlada não planejam adotar estas normas de forma antecipada, a seguir são destacadas as principais alterações:

- **Iniciativa de Divulgação (Alterações ao CPC 26 / IAS 7):** As alterações são efetivas para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2017. A adoção antecipada é permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRSs.

- **Reconhecimento de Impostos Diferidos Ativos para Perdas Não Realizadas (Alterações ao CPC 32 / IAS 12):** As alterações são efetivas para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2017, com adoção antecipada permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRSs.
- **IFRS 15 *Revenue from Contracts with Customers* (Receita de Contratos com Clientes):** A IFRS 15 entra em vigor para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2018. A adoção antecipada é permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRSs.
- **IFRS 9 *Financial Instruments* (Instrumentos Financeiros):** A IFRS 9 entra em vigor para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2018, com adoção antecipada permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRSs.
- **IFRS 16 *Leases* (Arrendamentos):** A norma é efetiva para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2019. A adoção antecipada é permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRSs e apenas para entidades que aplicam a IFRS 15 Receita de Contratos com Clientes em ou antes da data de aplicação inicial da IFRS 16.

Outras alterações

A Companhia e sua controlada estão avaliando os possíveis impactos que as novas normas ou normas alteradas a seguir tenham nas demonstrações financeiras da Companhia e sua controlada.

Alterações ao CPC 36 Demonstrações Consolidadas (IFRS 10) e ao CPC 18 Investimento em Coligada (IAS 28) em relação a vendas ou contribuições de ativos entre um investidor e sua coligada ou seu empreendimento controlado em conjunto.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a todas as novas IFRS. Portanto, a adoção antecipada dessas IFRS não é permitida para entidades que divulgam as suas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

5 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2017	31/12/2016	30/06/2017	31/12/2016
Caixa	-	-	1	1
Bancos conta movimento	77	653	3.106	3.786
Fundo de troco/numerários em trânsito	-	-	160	160
	77	653	3.267	3.947

A exposição da Companhia e sua controlada a riscos de crédito e de taxa de juros e a uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgados na nota explicativa nº 22.

6 Aplicações financeiras - consolidado

	Consolidado	
	30/06/2017	31/12/2016
Aplicações financeiras	20.073	26.556

Aplicação financeira em Certificado de Depósito Bancário, junto ao Banco Bradesco, com liquidez diária, sendo remunerada à variação dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDIs), mantida a título de garantia da operação junto ao BNDES e Debêntures, vide maiores detalhes nas notas explicativas nº 12 e 13.

A exposição da sua controlada a riscos de crédito e de taxa de juros e a uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgados na nota explicativa nº 22.

7 Contas a receber - consolidado

	Consolidado	
	30/06/2017	31/12/2016
Pedágio eletrônico	7.927	9.129
Visa - vale-pedágio	191	132
Brink's Segurança e Transporte de Valores Ltda.	383	839
DBTrans S/A	106	157
Outros	247	302
	8.854	10.559

O contas a receber da sua controlada não apresenta montantes vencidos e nem histórico de inadimplência. Dessa forma, não existe ajuste para provisão para redução do valor recuperável.

8 Transações com partes relacionadas

A seguir o valor total de remuneração atribuído aos diretores nos períodos de três e seis meses findos em 30 de junho de 2017 e 2016:

Descrição	30/06/2017 (3 meses)	30/06/2016 (3 meses)	30/06/2017 (6 meses)	30/06/2016 (6 meses)
Diretores estatutários	11	10	22	21

Os membros do Conselho de Administração não recebem qualquer remuneração da Companhia e sua controlada.

Os saldos de ativos e passivos assim como as transações que influenciaram o resultado do período, relativas a operações com partes relacionadas, decorrem de transações da Companhia e sua controlada e seus acionistas, conforme demonstrado a seguir:

a. Primeiros saldos

		Saldo em aberto em			
		Controladora		Consolidado	
Nota		30/06/2017	31/12/2016	30/06/2017	31/12/2016
Ativo					
<i>Outros créditos</i>					
BRVias S.A.	(i)	-	-	2.329	2.189
Total do ativo		-	-	2.329	2.189
Passivo					
<i>Serviços prestados</i>					
Empresa Princesa do Norte S.A.	(iii)	-	-	164	152
Splice do Brasil Telecomunicações e Eletr S/A	(iv)	-	-	100	88
Noroestecom Telecomunicações S/A.	(viii)	-	-	1	1
Marília Transporte	(iii)	-	-	9	10
Total fornecedores (Nota explicativa nº 14)		-	-	274	251
<i>Dividendos a Pagar</i>					
Fundo de Investimento em Participações Volluto		33	33	33	33
Splice do Brasil Telecom. e Eletrônica S.A.		33	33	33	33
		66	66	66	66
Empréstimos e financiamentos (Mutuos) - (nota explicativa nº 12)					
Patrimony Administradora de Bens S.A.	(ix)	5.632	4.381	5.632	4.381
Splice do Brasil S.A.	(ix)	19.218	18.182	19.218	18.182
Comport Participações S.A.	(ix)	14.855	14.053	14.855	14.053
Aller Participações S.A.	(ix)	1.500	-	1.500	-
Thurgau Participações S.A.	(ix)	750	-	750	-
Vaud Participações S.A.	(ix)	750	-	750	-
Limma Participações S.A.	(ix)	950	-	950	-
Expresso Maringá do Vale S.A.	(ix)	250	-	250	-
Empresa Princise do Norte S.A.	(ix)	250	-	250	-
Viação São Paulo São Pedro Ltda.	(ix)	50	-	50	-
Empresa Manoel Rodrigues	(ix)	500	-	500	-
Henrique Constantino	(ix)	1.550	1.550	1.550	1.550
Joaquim Constantino Neto	(ix)	1.550	1.550	1.550	1.550
Constantino de Oliveira Junior	(ix)	1.550	1.550	1.550	1.550
Ricardo Constantino	(ix)	1.550	1.550	1.550	1.550
		50.905	42.816	50.905	42.816
Adiantamento para futuro aumento de capital					
Splice do Brasil Telecom. e Eletronica S.A.		13.200	6.200	13.200	6.200
FIP Volluto		1.000	-	1.000	-
		14.200	6.200	14.200	6.200

b. Transações que afetaram o resultado - consolidado

		Valor da transação no resultado dos períodos			
	Nota	30/06/2017	30/06/2016	30/06/2017	30/06/2016
		(3 meses)	(3 meses)	(6 meses)	(6 meses)
Serviços prestados					
Empresa Princesa do Norte S.A.	(iii)	(964)	(519)	(964)	(957)
Splice Ind e Com de Serviços	(iv)	(291)	(340)	(570)	(622)
BRVias S.A.	(vii)	(619)	(1.926)	(1.369)	(3.171)
Barbará Obras e Edificações Ltda.	(ii)	-	(252)	-	(283)
Avine Engenharia Ltda EPP	(v)	-	-	-	(82)
Noroestecom Telecomunicações S/A.	(viii)	(7)	(5)	(23)	(25)
Conservação Sorocabana Ltda.	(ii)	-	(15)	-	(16)
Marília Transporte Ltda.	(iii)	-	(15)	-	(17)
Efradeb Consultoria e Assessoria Empresarial	(vi)	(18)	(29)	(56)	(66)
Total fornecedores		(1.899)	(3.101)	(2.982)	(5.239)

- (i) São serviços administrativos tais como publicação de balanço e outros que foram pagos pela Companhia;
- (ii) As transações referem-se à execução direta e/ou indireta as obras e serviços de engenharia previstas nos itens do programa de exploração de rodovia;
- (iii) Serviços de transportes de pessoal;
- (iv) Execução de serviços de operação de equipamentos eletrônico de fiscalização e registro das infrações de excesso de velocidade na Rodovia;
- (v) Serviços de consultoria de engenharia;
- (vi) Serviços de consultoria administrativa;
- (vii) Serviços administrativos realizados pelo Centro de Serviços Compartilhado; e
- (viii) Outros serviços diversos; e
- (ix) Refere-se a mútuos financeiros atualizados a 101% do CDI sem data de vencimento definido.

9 Investimentos - controladora

A controladora registrou uma perda de R\$ 2.197 no período de seis meses findo em 30 de junho de 2017 (R\$ 37.417 em 2016) de equivalência patrimonial de sua controlada.

A controlada não tem suas ações negociadas em bolsa de valores.

O quadro abaixo apresenta um sumário das informações financeiras em empresa controlada.

ViaRondon Concessionária de Rodovia S.A.											
	Participação	Ativos circulantes	Ativos não circulantes	Total de ativos	Passivos circulantes	Passivos não circulantes	Total de passivos	Ativo líquido	Receita	Custos e Despesas	(Prejuízo)
30 de junho de 2017	100%	40.567	964.283	1.004.850	711.869	38.729	750.598	254.252	97.264	(100.907)	(2.197)
Exercício findo em 31 de dezembro de 2016											
2016	100%	45.700	962.742	1.008.442	724.321	42.022	766.343	242.099	103.793	(143.793)	(37.417)
									Período findo em 30 de junho de 2016		

10 Imobilizado - consolidado

Em milhares de Reais	Computadores e periféricos	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Veículos	Total
Custo					
Saldo em 1º de janeiro de 2016	4.042	4.937	1.654	131	10.764
Adições	193	50	202	1.871	2.316
Baixas	-	(100)	-	-	(100)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	4.235	4.887	1.856	2.002	12.980
Adições	89	62	13	-	164
Baixas	-	(1)	-	-	(1)
Saldo em 30 de junho de 2017	4.324	4.948	1.869	2.002	13.143
Depreciação acumulada					
Saldo em 1º de janeiro de 2016	(1.693)	(2.210)	(667)	(68)	(4.638)
Depreciação no exercício	(268)	(124)	(84)	(13)	(489)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	(2.261)	(2.262)	(842)	(580)	(4.638)
Depreciação no período	(304)	(183)	(93)	(347)	(489)
Saldo em 30 de junho de 2017	(2.565)	(2.445)	(935)	(927)	(6.872)
Valor líquido contábil					
Em 31 de dezembro de 2016	1.974	2.625	1.014	1.422	7.035
Em 30 de junho de 2017	1.759	2.503	934	1.075	6.271

11 Intangível - consolidado

	Praças de pedágio	Recuperação Da rodovia	Sistema de arrecadação	Direito de outorga(i)	Outros-concessão(ii)	Software	Total
Custo							
Saldo em 1º de janeiro de 2016	35.087	433.883	7.796	413.597	115.527	2.971	1.008.861
Aquisições e construções	119	20.561	258	-	35.320	304	56.562
Saldo em 31 de dezembro de 2016	35.206	454.444	8.054	413.597	150.847	3.275	1.065.423
Aquisições e construções	-	5.232	1	-	7.501	1	12.735
Baixas	(86)	-	-	-	(565)	-	(651)
Saldo em 30 de junho de 2017	35.120	459.675	8.055	413.597	157.784	3.276	1.077.507
Amortização acumulada							
Saldo em 1º de janeiro de 2016	(7.997)	(20.040)	(1.565)	(44.465)	(6.708)	(930)	(81.705)
Amortização do exercício	(976)	(12.601)	(223)	(11.469)	(4.183)	(91)	(29.543)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	(8.973)	(32.641)	(1.788)	(55.934)	(10.891)	(1.021)	(111.248)
Amortização do período	(329)	(4.247)	(75)	(3.865)	(1.410)	(32)	(9.957)
Saldo em 30 de junho de 2017	(9.302)	(36.888)	(1.863)	(59.799)	(12.301)	(1.053)	(121.205)
Valor líquido contábil							
Em 31 de dezembro de 2016	26.233	421.803	6.231	369.132	108.819	2.041	927.156
Em 30 de junho de 2017	25.818	422.787	6.192	353.798	145.483	2.224	956.301

- (i) Conforme descrito na nota explicativa nº 1, a sua controlada registrou o direito de outorga decorrente das obrigações a pagar do ônus da concessão, conforme demonstramos a seguir:

	2009
Valor da outorga	411.000
Ajuste a valor presente	(11.202)
Atualização monetária anterior ao início das atividades	13.799
	<u>413.597</u>

- (ii) Representado por outros investimentos relacionados ao contrato de concessão conforme previsto no Programa de Investimentos.

Os ativos intangíveis da sua controlada são compostos pelo custo de aquisição e/ou construção e possuem vida útil definida. O critério para amortização do ativo intangível, exceto veículos da operação, é com base na curva de tráfego projetada até o final do prazo de concessão, desta forma, a receita e a amortização do intangível estão alinhadas pelo prazo da concessão.

As amortizações dos ativos intangíveis são incluídas na rubrica denominada “Custos dos serviços prestados”, nas demonstrações de resultado.

Não existem ativos intangíveis individualmente relevantes inseridos nos grupos apresentados, exceto o Direito de outorga que é composto por um único item devidamente detalhado no quadro acima.

12 Empréstimos e financiamentos

Esta nota explicativa fornece informações sobre os termos contratuais do financiamento com juros, mensurado pelo custo amortizado. Para mais informações sobre a exposição da Companhia e sua controlada a riscos de taxas de juros e liquidez, veja nota explicativa nº 22.

	Taxa de Juros a.a.	Indexador	Vencimento	Controladora		Consolidado	
				30/06/2017	31/12/2016	30/06/2017	31/12/2016
Finame-BNDES(i)	5,50%	-	2021	-	-	625	710
Finem-BNDES(ii)	2,41%	TJLP	2025	-	-	120.780	137.468
		UMIPCA-					
Finem-BNDES(ii)	2,41%	M.	2025	-	-	60.493	68.852
CCB	5,00%	CDI	2017	-	-	-	15.092
CCB	5,80%	CDI	2020	-	-	30.368	-
	17,09% a						
Leasing	19,68%	-	2016 - 2017	-	-	1.281	1.766
Mútuo financeiro							
(nota explicativa nº 8)	11,20%	CDI	2017	50.905	42.816	50.905	42.816
Total				<u>50.905</u>	<u>42.816</u>	<u>264.452</u>	<u>266.704</u>
Parcela circulante				50.905	42.816	264.452	266.704

- (i) Empréstimo obtido junto ao BNDES, por intermédio de instituição financeira, na modalidade Finame para aquisição de equipamentos e veículos para operação da Rodovia, tendo como garantia os próprios bens.
- (ii) Em 14 de dezembro de 2011, a sua controlada firmou, em conjunto com o BNDES, contrato de financiamento mediante abertura de crédito no valor total de R\$ 343.706, sobre 71,4% do principal da dívida incidem juros de 2,41% a.a. mais TJLP, com exigibilidade mensal e durante o período de carência, com exigibilidade trimestral e sobre 28,6% do principal da dívida incidem juros de 2,41% a.a. mais UMIPCA-M (Unidade Monetária IPCA), com exigibilidade anual e carência durante os dois primeiros anos. Recursos que foram e serão utilizados para investimentos na rodovia. O valor total de R\$ 343.706, sendo que, até 30 de junho de 2016, foram liberados R\$

274.246. Conforme cláusulas contratuais firmadas entre as partes, o saldo de R\$ 69.460 será liberado até o ano de 2015, concomitantemente ao cronograma de investimento do Contrato de Concessão, nas respectivas proporções de desembolso para cada subcrédito.

A amortização do principal dos subcréditos atrelados a TJLP será em 114 prestações mensais, divididas em cinco subcréditos e iniciadas em 15 de maio de 2012 (Sub A), 15 de novembro de 2013 (Sub C e E), 15 de novembro de 2015 (Sub H e J). Já a amortização do principal dos subcréditos atrelados a UMIPCA-M será em 9 prestações anuais, divididas em cinco subcréditos e iniciadas em 15 de maio de 2013 (Sub B) e em 15 de janeiro de 2015 (Sub D, F, I e K). O Subcrédito G será utilizado na implantação de projetos sociais nas populações lindeiras ao longo da rodovia, a amortização deste subcrédito se dará em 114 parcelas mensais, a serem iniciadas em 15 de novembro de 2015, ao custo de TJLP.

Em dezembro de 2011 foi liberado o montante de R\$ 140.000, referentes aos seguintes subcréditos: R\$ 57.676 do Subcrédito A, R\$ 23.103 do Subcrédito B, R\$ 35.000 do Subcrédito C e R\$ 24.222 do Subcrédito D.

Em outubro de 2012 foi liberado o montante de R\$ 29.000 e em 14 de dezembro de 2012 foi liberado o montante de R\$ 6.000, referente ao subcrédito “C”. Estes recursos foram utilizados para investimentos na rodovia.

Em abril de 2013 foi liberado o montante de R\$ 30.000, referentes aos seguintes subcréditos: R\$ 18.694 do Subcrédito C e R\$ 11.306 do Subcrédito D. Estes recursos foram utilizados para investimentos na rodovia.

Em maio e junho de 2014 foram liberados o montante de R\$ 50.000, referentes aos seguintes subcréditos: R\$ 35.700 do Subcrédito H, R\$ 14.300 do Subcrédito I. Estes recursos foram utilizados para investimentos na rodovia.

Em janeiro, maio e junho de 2015 foram liberados o montante de R\$ 46.783, referentes aos seguintes subcréditos: R\$ 7.511 do Subcrédito C, R\$ 28.039 do Subcrédito H e R\$ 11.233 do Subcrédito I. Estes recursos foram utilizados para investimentos na rodovia.

Garantias:

- Cessão da totalidade dos Direitos Creditórios;
- Cessão do Crédito de Contas Vinculadas;
- Cessão da indenização que venha a ser devida pelo Poder Concedente, no caso de término antecipado do Contrato de Concessão;
- Penhor da totalidade das ações emitidas pela Concessionária; e
- Aval da Comporte Participações S.A e Splice do Brasil Telecomunicações e Eletrônica S.A, até que sejam cumpridas certas obrigações contratuais.

As Garantias Reais citadas acima são compartilhadas com a 1ª Emissão de Debêntures, na proporção do Saldo Devedor de cada Dívida.

O financiamento ainda conta com a Garantia no montante de R\$ 41.923 através de Fiança Bancária, que serão resgatadas quando da apresentação dos contratos de Garantia ao BNDES.

Os custos incorridos na captação são apropriados ao resultado em função da fluência do prazo, com base no método do custo amortizado, que considera o valor total da comissão de R\$ 2.809

para a apropriação dos encargos financeiros durante a vigência da operação. Em 30 de março de 2016 o montante a apropriar no resultado futuro totaliza R\$ 1.824.

As principais cláusulas restritivas dos contratos de financiamento com o BNDES descritos acima são as seguintes (controlada):

- Não realizar distribuição de dividendos, ou pagamentos de juros sobre capital próprio e ou pagamentos de juros ou principal de mútuos juntos aos controladores da companhia cujo valor, supere o mínimo previsto em lei, até o final do exercício de 2016;
- Sem prévia e expressa anuência do BNDES, não se endividar em valores que superem R\$ 20.000, com exceção as dívidas permitidas;
- Não contrair mútuos com sua acionista e com partes relacionadas de sua acionista, sem prévia e expressa anuência do BNDES;
- Manter os seguintes índices financeiros:
 - Patrimônio Líquido/Ativo Total maior ou igual a 20%;
 - Índice de Cobertura da Dívida ICSD superior a 1,2;
 - Manter o índice “Dívida Líquida / EBITDA anualizado” igual ou menor do que 5 (cinco) até março de 2016, e igual ou menor do que 4 (quatro) a partir de janeiro de 2016, até final da liquidação das obrigações do contrato de financiamento.

Esses *covenants* financeiros são medidos junto aos credores de acordo com as demonstrações financeiras para o período e exercício findos em junho e dezembro de cada ano, sendo que para o período de seis meses findo em 30 de junho de 2017, a controlada da Companhia atingiu o índice de Dívida líquida / EBITDA de 5,67 ao passo que a cláusula contratual define que seja igual ou menor a 4; e a controlada da Companhia atingiu o índice de ICSD de 0,75 , principalmente impactado pela postergação do pagamento de juros da debênture de junho de 2016 para setembro de 2016, que acabou integrando o período de 12 meses considerando no ICSD, juntamente com o pagamento anual das debêntures de junho de 17, ao passo que a cláusula contratual define que seja superior a 1,2 (exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016, a controlada da Companhia atingiu o índice de Dívida líquida / EBITDA de 6,26 ao passo que a cláusula contratual define que seja igual ou menor a 4; e a controlada da Companhia atingiu o índice de ICSD de 0,72 ao passo que a cláusula contratual define que seja superior a 1,2), e como consequência, o montante de R\$ 151.856 em 30 de junho de 2017 (R\$ 163.716 em 31 de dezembro de 2016), foi reclassificado do passivo não circulante para o passivo circulante em atendimento ao item 74 do Pronunciamento Técnico Contábil CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis. Administração já iniciou as negociações junto ao credor, porém até a emissão destas demonstrações financeiras a Administração não obteve sucesso na obtenção de *waiver* junto ao credor. Adicionalmente, em 20 de março de 2017 a Administração questionou o BNDES sobre as possíveis penalidades pelo descumprimento de *covenants*, o BNDES se posicionou informando que a implicação, é a possível aplicação de multa por inadimplemento não-financeiro. Por fim, a controlada da Companhia durante o período de seis meses findo em 30 de junho de 2017, captou novos empréstimos e financiamentos no montante de R\$ 28.854. Esta captação, apesar da previsibilidade em contrato do BNDES, quando em situação de descumprimento de *covenants*, demanda a anuência do credor, tema que está em tratativas juntamente ao pedido detalhado na nota explicativa 1.

Em 30 de junho de 2017 a controlada da Companhia possuía R\$ 41.923 de linha de crédito aprovada junto ao BNDES e a liberar. A liberação ocorre mediante a comprovação dos investimentos previstos no cronograma de desembolsos apresentado ao BNDES.

- (i) Os empréstimos e financiamentos possuem, em 31 de março de 2017, taxa média ponderada de 7,92% a.a.

13 Debêntures

Esta nota explicativa fornece informações sobre os termos contratuais das debêntures com juros, mensurado pelo custo amortizado. Para mais informações sobre a exposição da Companhia e sua controlada a riscos de taxas de juros e liquidez, veja nota explicativa nº 22.

Data da Liberação	Série	Valor da emissão	Vencimento	Encargos (% ao ano)	Controladora		Consolidado	
					30/06/2017	31/12/2016	30/06/2017	31/12/2016
15/07/2011	Única	60.000	15/07/2020	IGP-M + 12%	93.181	88.339	93.181	88.339
04/06/2012	Única	300.000	04/06/2027	IPCA + 7,75%	-	-	419.463	418.576
Total					93.181	88.339	512.644	506.915

(i) Controladora

A Companhia realizou em 15 de junho de 2011, a primeira emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações em uma única série, no valor total de R\$ 60.000, cuja integralização ocorreu em 15 de julho de 2011.

Foram emitidas 60.000 debêntures que serão atualizadas a partir da data de emissão, com base na variação do Índice Geral de Preços de Mercado (“IGP-M”) acrescido da taxa percentual de Juros Remuneratórios equivalentes a 12% ao ano, incidentes sobre o saldo não amortizado do Valor Nominal Unitário Atualizado.

Garantias

- 100% das ações preferenciais integrantes do capital social da controlada;
- Cessão fiduciária dos dividendos devidos pela sua controlada;
- Fiança oferecida pela Comporte Participações S.A. e Splice do Brasil Telecomunicações e Eletrônica S.A.; e
- Contrato de suporte financeiro pela Splice do Brasil Telecomunicações e Eletrônica S.A. e Comporte Participações S.A.

Cláusulas restritivas

- Assunção de quaisquer dívidas sem a anuência dos titulares das Debêntures;
- Pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio somente caso não haja nenhum inadimplemento financeiro ou obrigacional da Companhia após verificação do Debenturista;

- Descumprimento pela Companhia ou por sua controlada, de quaisquer obrigações e condições previstas em quaisquer outros contratos dos quais seja parte, em valor individual ou agregado igual ou superior a R\$ 10.000, não sanado no prazo de 30 dias corridos ou que não estejam sendo contestadas de boa-fé.

Tendo em vista o descumprimento da controlada conforme mencionado na nota explicativa 12 (ii), referente as obrigações e condições previstas no contrato, o montante de R\$ 75.873, foi reclassificado do passivo não circulante para o circulante em 30 de junho de 2017 em atendimento ao item 74 do Pronunciamento Técnico Contábil CPC 26 (IAS 1), uma vez que o passivo deve ser classificado como circulante mesmo que o credor tenha concordado em não exigir pagamento antecipado como consequência do descumprimento do compromisso, após a data do balanço e antes da data da autorização para emissão das demonstrações financeiras.

(ii) Controlada

Em 04 de junho de 2012, a sua controlada realizou a primeira emissão pública de debêntures simples, não conversíveis em ações, com esforços restritos de colocação, no valor total de R\$ 300.000. Foram emitidas 300 debêntures com o valor nominal unitário de R\$ 1.000, com vencimentos anuais, primeiro vencimento em 2018 e último vencimento em 04 de junho de 2027. As Debêntures serão atualizadas com base na variação do IPCA acrescido da taxa percentual equivalente a 7,75% ao ano.

Cada uma das debêntures fará jus a juros, pagáveis a cada período de 12 (doze) meses contados da data de emissão, iniciando em 04 de junho de 2013 até 04 de junho de 2027.

Garantias

- Cessão da totalidade dos Direitos Creditórios;
- Cessão do Crédito de Contas Vinculadas;
- Cessão da indenização que venha a ser devida pelo Poder Concedente, no caso de término antecipado do Contrato de Concessão;
- Penhor da totalidade das ações emitidas pela Concessionária; e
- Fiança da Comporte Participações S.A. e Splice do Brasil Telecomunicações e Eletrônica S.A. e BRVias Holding VRD S.A., e a partir de 20 de junho de 2013, da BRVias Holding TBR S/A.

As Garantias Reais citadas acima são compartilhadas com a 1ª Emissão de Debêntures, na proporção do Saldo Devedor de cada Dívida.

As principais cláusulas restritivas dos contratos descritos acima são as seguintes (aplicáveis à controlada):

- Manter os seguintes índices financeiros:
- Índice de Cobertura da Dívida ICSD superior a 1,3;

- Manter o índice “Dívida Líquida / EBITDA anualizado” igual ou menor do que 5,1 até dezembro de 2014, igual ou menor do que 4,5 até março de 2016, e igual ou menor do que 3,5 até dezembro de 2017, igual ou menor do que 3,0 até dezembro de 2018, igual ou menor do que 2,5 até dezembro de 2019 e igual ou menor do que 2,0 a partir de janeiro de 2020 até final da liquidação das obrigações do contrato de financiamento;
- Manter o índice “Dívida Líquida / Patrimônio Líquido” anualizado igual ou menor do que 4,0 até dezembro de 2014, igual ou menor do que 3,5 até março de 2016, e igual ou menor do que 3,0 até dezembro de 2018, igual ou menor do que 2,5 até dezembro de 2019 e igual ou menor do que 2,0 a partir de janeiro de 2020 até final da liquidação das obrigações do contrato de financiamento;
- Patrimônio Líquido/Ativo Total maior ou igual a 20%; e,
- Manter o índice “EBITDA/Despesas Financeira” anualizado igual ou maior do que 1,5 até dezembro de 2016, igual ou maior do que 2,0 até dezembro de 2017 e igual ou maior do que 2,5 a partir janeiro de 2018 até final da liquidação das obrigações do contrato de financiamento.

Esses *covenants* financeiros são medidos junto aos credores de acordo com as demonstrações financeiras para exercício findos em dezembro de cada ano, sendo que para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016, a controlada da Companhia atingiu o índice de ICSD de 0,72 ao passo que a cláusula contratual define que seja superior a 1,3; a controlada da Companhia atingiu os índices de Dívida líquida / EBITDA de 6,26 ao passo que a cláusula contratual define que seja igual ou menor a 3,5, e EBITDA/Despesas financeira de 0,97 ao passo que a cláusula contratual define que seja igual ou maior que 1,5, e como consequência em 30 de junho de 2017 o montante de R\$ 404.367 (R\$ 409.738, em 31 de dezembro de 2016) foi reclassificado do passivo circulante em atendimento ao item 74 do Pronunciamento Técnico Contábil CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis. Administração já iniciou as negociações junto ao credor, porém até a emissão destas demonstrações financeiras a Administração não obteve sucesso na obtenção de waiver junto ao credor. A Companhia acredita que a anuência do credor para o descumprimento de *covenants* será obtido com data posterior às demonstrações financeiras, uma vez que já está em tramitação interna junto aos comitês de aprovação do debenturista.

Os custos incorridos na captação são apropriados ao resultado em função da fluência do prazo, com base no método do custo amortizado, que considera o valor total da comissão de R\$2.214 para a apropriação dos encargos financeiros durante a vigência da operação. O montante a apropriar no resultado futuro em 31 de dezembro de 2016 é de R\$1.333.

14 Fornecedores - consolidado

	30/06/2017	31/12/2016
Fornecedores - partes relacionadas (nota explicativa 8)	274	251
Fornecedores diversos	19.753	16.454
Medições a pagar	1.152	2.698
Retenções (i)	15.296	16.253
Total	36.475	35.656

- (i) A sua controlada adota como procedimento, realizar retenções parciais do valor do serviço contratado, para honrar com possíveis riscos de contingências dos terceiros, uma vez que a sua controlada é acionada judicialmente por ser responsável solidária. Estes percentuais de retenção estão determinados por meio de contratos de prestação de serviço assinado entre as partes.

Fornecedores - risco sacado

A controlada da Companhia possui contratos firmados com bancos para estruturar alguns de seus fornecedores a operação denominada “*forfait*”. Nestas operações os fornecedores transferem o direito do recebimento dos títulos para os bancos que, por sua vez, passam a ser credores da operação. A utilização de instituição financeira intermediando a aquisição de serviços com tais fornecedores tem por objetivo alongar o prazo de pagamento e contribuir para a melhoria do fluxo de caixa operacional. Considerando as características de tais transações e ciente do ofício CVM 01/2016 de 18 de fevereiro de 2016, a controlada da Companhia está apresentando o saldo de tais transações em rubrica específica

Em 30 de junho de 2017, as taxas de desconto das operações de cessão realizadas por nossos fornecedores junto a instituições financeiras tiveram média ponderada de 120% a.m. à variação dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI).

15 Provisão para manutenção - Contrato de concessão (consolidado)

A sua controlada constitui provisão para manutenção tendo como objetivo mensurar adequadamente o passivo com a melhor estimativa do gasto necessário para liquidar a obrigação presente na data do balanço.

Essa provisão é contabilizada com base nos fluxos de caixa previstos de cada objeto de provisão, trazidos a valor presente levando-se em conta o custo dos recursos econômicos no tempo e os riscos do negócio.

A sua controlada definiu que estão enquadradas no escopo da provisão de manutenção as intervenções físicas de caráter periódico, claramente identificadas e destinadas a recompor a infraestrutura concedida as condições técnicas e operacionais exigidas pelo contrato, ao longo de todo o período da concessão. Considera-se uma obrigação presente de manutenção somente a próxima intervenção a ser realizada. Obrigações reincidentes ao longo do contrato passam a ser provisionadas a medida que a obrigação anterior tenha sido concluída e o item restaurado colocado novamente em uso para utilização pelos usuários.

O saldo da provisão está demonstrado abaixo:

	30/06/2017	31/12/2016
Passivo circulante	31.956	32.293
Passivo não circulante	<u>18.301</u>	<u>20.495</u>
Total	<u>50.257</u>	<u>52.788</u>

Movimentação da provisão para manutenção

Em 1º de janeiro de 2016	<u>40.057</u>
Realização por consumo	(28.075)
Adições	<u>40.806</u>
Em 31 de dezembro de 2016	<u>52.788</u>
Realização por consumo	(10.614)
Adições	<u>8.083</u>
Em 30 de junho de 2017	<u><u>50.257</u></u>

16 Ativos e passivos fiscais diferidos (consolidado)

a. Imposto de renda e contribuição social diferidos

A sua controlada em 30 de junho de 2017 reconheceu o imposto de renda e contribuição social diferidos passivos, referente à diferença temporária da amortização do intangível e despesas com encargos financeiros, que para fins fiscais são amortizadas linearmente e para fins contábeis de acordo com a curva do tráfego, conforme demonstrado:

	30/06/2017	31/12/2016
Ativo		
Prejuízo fiscal e base negativa	34.013	32.669
Provisão para manutenção	17.087	17.948
Outras provisões temporárias	1.268	1.417
(-) Ativo fiscal não reconhecido (*)	(43.104)	(42.799)
	<u>9.264</u>	<u>9.235</u>
Passivo		
Custos dos empréstimos	(1.333)	(1.333)
Intangíveis - Efeito temporário ICPC 1 (R1) / IFRIC 12	(27.501)	(28.132)
	<u>(28.834)</u>	<u>(29.465)</u>
	<u>(19.570)</u>	<u>(20.230)</u>

(*) Ativos fiscais diferidos não foram reconhecidos em sua totalidade com relação a estes itens por falta de premissas futuras com confiabilidade suficiente que permitisse o registro do ativo fiscal diferido, conforme requerido pelo Pronunciamento Técnico CPC 32 (IAS 12) - Tributos Sobre o Lucro.

b. Movimentação do imposto de renda e contribuição social diferidos

	Saldo em 30 de junho de 2017	Saldo em 31 de dezembro de 2016	30/06/2017 (3 meses)	30/06/2016 (3 meses)	30/06/2017 (6 meses)	30/06/2016 (6 meses)
Ativo						
Prejuízo fiscal e base negativa	34.013	32.669	1.139	4.687	1.344	7.831
Provisão para manutenção	17.087	17.948	(451)	936	(861)	2.643
Outras provisões temporárias	1.268	1.418	(1.555)	29	(150)	643
(-) Ativo fiscal não reconhecido	<u>(43.104)</u>	<u>(42.799)</u>	<u>867</u>	<u>(5.652)</u>	<u>(333)</u>	<u>(11.117)</u>
	9.264	9.236	-	-	-	-
Passivo						
Custos dos empréstimos	(1.333)	(1.333)	-	-	-	-
Intangíveis - Efeito temporário	<u>(27.501)</u>	<u>(28.132)</u>	<u>329</u>	<u>328</u>	<u>659</u>	<u>658</u>
	(28.834)	(29.465)	329	328	659	658
	<u>(19.570)</u>	<u>(20.229)</u>	<u>329</u>	<u>328</u>	<u>659</u>	<u>658</u>

c. Créditos tributários

Controladora

Em 30 de junho de 2017, a Companhia possuía créditos tributários a compensar sobre os seguintes valores base:

Descrição	30/06/2017	31/12/2016
a. Prejuízos fiscais do imposto de renda e base negativa de contribuição social	70.071	62.844

Ativos fiscais diferidos sobre prejuízos fiscais não foram contabilizados devido a falta de premissas convincentes para cálculo da expectativa de geração de lucros tributáveis futuros. A Companhia considera evidência convincente o primeiro exercício social que apresentar lucro tributável, aliado ao histórico de confiabilidade das projeções de recuperação do ativo fiscal diferido.

A compensação dos prejuízos fiscais de imposto de renda e da base negativa da contribuição social está limitada à base de 30% dos lucros tributáveis anuais, sem prazo de prescrição.

Controlada

Em 30 de junho de 2017, a sua controlada possuía créditos tributários a compensar sobre os seguintes valores base:

Descrição	30/06/2017	31/12/2016
a. Prejuízos fiscais do imposto de renda e base negativa de contribuição social	100.039	96.084

d. Reconciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais do imposto de renda e contribuição social é demonstrada como segue:

Controladora

Descrição	30/06/2017 (3 meses)	30/06/2016 (3 meses)	30/06/2017 (6 meses)	30/06/2016 (6 meses)
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	(1.982)	(6.620)	(9.370)	(49.423)
Alíquota nominal	34%	34%	34%	34%
(=) Despesas com imposto a alíquota nominal	674	2.251	3.186	16.804
Equivalência patrimonial	20	(7.174)	(747)	(12.722)
(-) Créditos de prejuízos fiscais não reconhecidos	(654)	(2.302)	(2.439)	(4.082)
(+/-) Outros				
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	-	-	-
Alíquota efetiva	0%	0%	0%	0%

Consolidado

Descrição	30/06/2017 (3 meses)	30/06/2016 (3 meses)	30/06/2017 (6 meses)	30/06/2016 (6 meses)
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	(2.312)	(28.197)	(10.029)	(50.081)
Alíquota nominal	34%	34%	34%	34%
(=) Despesas com imposto a alíquota nominal	786	9.587	3.410	17.028
(-) Adições permanentes	(664)	(450)	(667)	(179)
(+) Exclusões permanente	-	(386)	-	-
(-) Créditos de prejuízos fiscais não reconhecidos	213	(7.767)	(2.772)	(15.199)
(+/-) Outros	(1.405)	(654)	(2.779)	(990)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	330	328	659	658
Alíquota efetiva	-14%	-1%	-7%	-1%

A alíquota nominal dos impostos é de 34% sobre o lucro ajustado conforme a legislação vigente do Brasil para o lucro real. A alíquota efetiva demonstrada acima apresenta a melhor estimativa da administração da alíquota anual esperada.

17 Provisão para contingências - consolidado

A Companhia e sua controlada, no curso normal de suas atividades, está sujeita aos processos judiciais de natureza tributária, trabalhista e cível. A Administração, apoiada na opinião de seus assessores legais e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas na mesma data, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não de constituição de provisão para contingências.

Em 30 de junho de 2017, está provisionado o montante de R\$ 858 (R\$ 1.297 em 2016), o qual na opinião da Administração, com base na opinião de assessores legais, é suficiente para fazer face às perdas esperadas com o desfecho dos processos em andamento.

Resumo da movimentação

Descrição	Cíveis	Trabalhistas	Total
Saldo inicial 31 de dezembro de 2016	754	543	1.297
Reversão de provisão	(174)	(265)	(439)
Saldo final	580	278	858

Adicionalmente, a Companhia é parte de outras ações cujo risco de perda, de acordo com os advogados externos responsáveis e a administração da Companhia, é possível, para os quais nenhuma provisão foi reconhecida, no montante de R\$ 3.399 em 30 de junho de 2017 (R\$ 3.517 em 2016). A Companhia possui seguro contratado de responsabilidade cível no valor de R\$ 33.300 (nota explicativa nº 25) e retenções contratuais de fornecedores para possíveis contingências trabalhistas, no qual a Companhia é responsável solidária.

Descrição	2016		2015	
	Quantidade	R\$	Quantidade	R\$
Cíveis	26	994	31	1.535
Trabalhistas	43	2.405	38	1.982
Total	69	3.399	69	3.517

18 Patrimônio líquido - controladora

a. Capital social

Em 03 de outubro de 2012, o sócio Comporte Participações S.A. que detinha da Viarondon um montante de R\$56.062 este representado por 45.905.686 de ações, representado por 28.030.850 ações ordinárias e 28.030.850 ações preferenciais, transferiu o total de ações detidas ao Fundo de Investimento em Participações Volluto.

Em 30 de junho de 2017 o capital social da companhia, totalmente integralizado, era de R\$ 237.470, e está representado por 249.869.536 de ações, sendo 124.934.768 de ações ordinárias e 124.934.768 de ações preferenciais.

A composição acionária em 30 de junho de 2017, é apresentada abaixo:

Descrição		%
Fundo de Investimento em Participações Volluto	125.184.638	50,1
Splice do Brasil Telecomunicações e Eletrônica S.A.	<u>124.684.898</u>	<u>49,9</u>
	<u>249.869.536</u>	<u>100,0</u>

b. Reserva de capital

Constituída no ganho de capital na ViaRondon Concessionária de Rodovia S/A, decorrente da aplicação dos novos CPCs.

19 Receita operacional líquida - consolidado

Abaixo a composição da receita operacional líquida:

	30/06/2017 (3 meses)	30/06/2016 (3 meses)	30/06/2017 (6 meses)	30/06/2016 (6 meses)
Receita de pedágios	47.015	44.005	92.621	88.163
Receitas acessórias	81	156	166	239
Receita de construção	7.391	15.585	12.082	22.710
Outras receitas	(1)	-	7	17
Tributos incidentes	<u>(3.871)</u>	<u>(3.665)</u>	<u>(7.612)</u>	<u>(7.336)</u>
Total	<u>50.615</u>	<u>56.081</u>	<u>97.264</u>	<u>103.793</u>

20 Gastos por natureza

A seguir, a composição das despesas por natureza:

Controladora

	30/06/2017 (3 meses)	30/06/2016 (3 meses)	30/06/2017 (6 meses)	30/06/2016 (6 meses)
Serviços de terceiros	(93)	(150)	(232)	(150)
Outros	<u>(2)</u>	<u>-</u>	<u>(7)</u>	<u>(4)</u>
Total	<u>(95)</u>	<u>(150)</u>	<u>(239)</u>	<u>(154)</u>

Consolidado

	30/06/2017 (3 meses)	30/06/2016 (3 meses)	30/06/2017 (6 meses)	30/06/2016 (6 meses)
Serviços de terceiros	(6.829)	(8.023)	(13.823)	(17.298)
Custo com pessoal	(5.986)	(5.722)	(11.554)	(11.338)
Amortização e depreciação	(5.521)	(4.733)	(10.884)	(9.339)
Constituição de provisão para manutenção	(4.075)	(13.159)	(8.083)	(17.155)
Custo de contrato concessão	(2.843)	(2.783)	(5.804)	(5.393)
Outros	(1.288)	(1.723)	(2.766)	(2.969)
Total	(26.542)	(36.143)	(52.914)	(63.492)
Custo dos serviços prestados	(24.626)	(33.878)	(48.833)	(59.387)
Despesas administrativas e gerais (i)	(1.916)	(2.265)	(4.081)	(4.105)
Custo de construção	(7.391)	(15.585)	(12.082)	(22.710)

(ii) As despesas administrativas são compostas basicamente por despesas com pessoal.

21 Resultado financeiro, líquido

As receitas e despesas financeiras incorridas nos exercícios findos em 30 de junho de 2016 e 2015 foram:

Controladora

	30/06/2017 (3 meses)	30/06/2016 (3 meses)	30/06/2017 (6 meses)	30/06/2016 (6 meses)
Receitas financeiras				
Rendimentos de aplicações financeiras	-	4	-	7
Despesas financeiras				
Juros sobre financiamentos	(1.945)	(6.624)	(6.934)	(11.859)
Resultado financeiro líquido	(1.945)	(6.620)	(6.934)	(11.852)

Consolidado

	30/06/2017 (3 meses)	30/06/2016 (3 meses)	30/06/2017 (6 meses)	30/06/2016 (6 meses)
Receitas financeiras				
Rendimentos de aplicações financeiras	431	757	787	1.932
Despesas financeiras				
Juros sobre financiamentos	(17.048)	(31.647)	(39.926)	(66.771)
Outras despesas financeiras	(2.377)	(1.660)	(3.158)	(2.833)
Total das despesas financeiras	(19.425)	(33.307)	(43.084)	(69.604)
Resultado financeiro líquido	(18.994)	(32.550)	(42.297)	(67.672)

22 Instrumentos financeiros

a. Classificação contábil e valores justos

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo.

Controladora

		Valor contábil				Valor justo			
		Valor justo através do resultado (Negociação)	Empréstimos e recebíveis	Outros passivos financeiros					
30 de junho de 2017	Nota				Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos									
Caixa e equivalentes de caixa	5	77	-	-	77	-	-	-	77
Outros créditos		-	32	-	32	-	-	-	32
Passivos									
Empréstimos e financiamentos	12	-	-	50.905	50.905	-	50.905	-	50.905
Debêntures	13	-	-	93.181	93.181	-	93.181	-	93.181

		Valor contábil				Valor justo			
		Valor Justo através do resultado (Negociação)	Empréstimos e recebíveis	Outros passivos Financeiros	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
31 de dezembro de 2016	Nota								
Ativos									
Caixa e equivalentes de caixa	5	653	-	-	653	-	-	-	653
Outros créditos		-	32	-	32	-	-	-	32
Passivos									
Empréstimos e financiamentos	12	-	-	42.816	42.816	-	42.816	-	42.816
Debêntures	13	-	-	88.339	88.339	-	88.339	-	88.339

Consolidado

		Valor contábil				Valor justo			
		Valor justo através do resultado (Negociação)	Empréstimos e recebíveis	Outros passivos financeiros					
30 de junho de 2017	Nota				Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos									
Caixa e equivalentes de caixa	5	-	3.267	-	3.267	-	-	-	-
Aplicação financeira	6	20.073	-	-	20.073	-	-	-	20.073
Contas a receber de clientes	7	-	8.854	-	8.854	-	8.854	-	8.854
Outros créditos		-	4.888	-	4.888	-	-	-	-
Passivos									
Empréstimos e financiamentos	12	-	-	264.452	264.452	-	264.452	-	264.452
Debêntures	13	-	-	512.644	512.644	-	512.644	-	512.644
Fornecedores	14	-	-	36.475	36.475	-	36.475	-	36.475
Fornecedores - risco sacado	14.1	-	-	804	804	-	804	-	804

		Valor contábil				Valor justo			
		Valor Justo através do resultado (Negociação)	Empréstimos e recebíveis	Outros passivos financeiros	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
31 de dezembro de 2016	Nota								
Ativos									
Caixa e equivalentes de caixa	5	-	3.947	-	3.947		-	-	-
Aplicação financeira	6	26.656	-	-	26.656		-	-	26.656
Contas a receber de clientes	7	-	10.559	-	10.559		10.559	-	10.559
Outros créditos		-	3.891	-	3.891		-	-	-
Passivos									
Empréstimos e financiamentos	12	-	-	266.704	266.704	-	266.704	-	266.704
Debêntures	13	-	-	506.915	506.915	-	506.915	-	506.915
Fornecedores	14	-	-	35.656	35.656		35.656	-	35.656
Fornecedores - risco sacado	14.1	-	-	6.865	6.865	-	6.865	-	6.865

b. Mensuração do valor justo

O valor justo para o financiamento do BNDES é o registrado contabilmente uma vez que não existem instrumentos similares com vencimentos e taxas de juros comparáveis.

Os demais valores contábeis referentes aos instrumentos financeiros constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, se aproximam, substancialmente, de seus correspondentes valores de mercado.

Não ocorreram transferências entre níveis a serem consideradas em 30 de junho de 2017.

c. Gerenciamento dos riscos financeiros

A Companhia e sua controlada apresenta exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de liquidez;
- Risco de mercado; e
- Risco de crédito.

Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia e sua controlada para cada um dos riscos acima, os objetivos da Companhia e sua controlada, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de riscos e gerenciamento do capital da Companhia e sua controlada.

(i) Estrutura do gerenciamento de risco

O Conselho de Administração é responsável pelo acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco da Companhia e sua controlada.

(i) Risco de liquidez

A Companhia e sua controlada estão expostas a riscos de liquidez, em virtude da possibilidade de não ter caixa suficiente para atender suas necessidades operacionais, a riscos de mercado, decorrentes de variações de taxas de juros e ao risco de crédito, decorrente da possibilidade de inadimplemento de suas contrapartes em aplicações financeiras e contas a receber.

A Companhia e sua controlada adotam procedimentos de gestão de riscos de liquidez, de mercado e de crédito, através de mecanismos do mercado financeiro que buscam minimizar a exposição dos ativos e passivos da Companhia, protegendo a rentabilidade dos contratos e o patrimônio.

A previsão do fluxo de caixa é realizada pela Companhia e sua controlada, sendo sua projeção monitorada continuamente, a fim de garantir e assegurar as exigências de liquidez, os limites ou cláusulas dos contratos de empréstimos e caixa suficiente para atendimento as necessidades operacionais do negócio.

O excesso de caixa gerado pela Companhia e sua controlada é investido em contas correntes com incidência de juros/remuneração, depósitos a prazo e depósitos de curto prazo, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem, conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

Cronograma de amortização da dívida - consolidado

A seguir estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros incluindo pagamento de juros estimados:

Consolidado

Em 30/06/2017	Contábil	Fluxo contratual	2017	2018	Acima de 2019
Empréstimos e financiamentos	264.452	333.874	21.819	71.551	240.504
Debêntures	512.644	818.226	-	56.585	761.641
Fornecedores	36.475	36.475	36.475	-	-
Fornecedores - risco sacado	804	804	804	-	-
	<u>813.571</u>	<u>1.118.576</u>	<u>58.294</u>	<u>128.136</u>	<u>1.002.145</u>

Em 31/12/2016	Contábil	Fluxo contratual	2016	2017	Acima de 2018
Empréstimos e financiamentos	266.704	332.236	17.869	57.498	256.870
Debêntures	506.915	779.657	-	54.917	724.740
Fornecedores	35.655	35.655	35.655	-	-
Fornecedores - risco sacado	6.865	6.865	6.865	-	-
	<u>816.139</u>	<u>1.154.414</u>	<u>60.389</u>	<u>112.415</u>	<u>981.610</u>

(ii) Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam três tipos de risco: risco de taxa de juros e risco de preço que pode ser relativo às tarifas entre outros. A Companhia e sua controlada não tem importações ou exportações de insumos ou serviços e não apresenta em 30 de junho de 2017 ativos ou passivos em moeda estrangeira, consequentemente não apresentando exposição a riscos cambiais. A Companhia e sua controlada não tem ações negociadas em mercado.

Exposição a riscos de taxas de juros

Risco de taxa de juros é o risco de a Companhia e sua controlada virem a sofrer perdas econômicas devido às alterações adversas nas taxas de juros, que podem ser ocasionadas por fatores relacionados a crises econômicas e/ou alterações na política monetária no mercado interno. Essa exposição refere-se, principalmente, a mudanças nas taxas de juros de mercado que afetem os passivos da Companhia indexados pelo IPCA - Índice Nacional de Preço ao Consumidor Amplo, CDI - Certificado de Depósito Interbancário, TJLP - Taxa de Juros de Longo Prazo e IGP-M - Índice Geral de Preços de Mercado.

Perfil

Na data das demonstrações financeiras, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros variáveis da Companhia e sua controlada eram:

		Valor contábil	
		30/06/2017	31/12/2016
Instrumentos de taxa pré-fixada			
Empréstimos e financiamentos		1.906	2.476
	Risco	Valor contábil	
		30/06/2017	31/12/2016
Instrumentos de taxa variável			
Empréstimos e financiamentos	CDI	81.273	57.908
Empréstimos e financiamentos	TJLP	120.780	137.468
Empréstimos e financiamentos	UMIPCA-M	60.493	68.852
Debêntures - Controlada	IPCA	419.463	418.576
Debêntures - Controladora	IGP-M	93.181	88.339

O objetivo da Companhia e sua controlada é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da Companhia e buscar eficácia de custos e para evitar procedimentos de controle que restrinjam iniciativa e criatividade.

Análise de sensibilidade

Os instrumentos financeiros podem sofrer variações de valor justo em decorrência da flutuação da taxa do CDI, IPCA, TJLP e IGP-M, principal exposição de risco de mercado da Companhia e sua controlada.

As avaliações de sensibilidade dos instrumentos financeiros as estas variáveis são apresentadas abaixo:

Seleção dos riscos

A Companhia e sua controlada selecionaram os riscos de mercado que mais podem afetar os valores dos instrumentos financeiros por ela detidos como sendo a taxa do CDI, IPCA, TJLP e IGP-M.

Seleção dos cenários

Em atendimento a Instrução CVM nº 475/08, a Companhia e sua controlada apresentam na análise de sensibilidade três cenários, sendo um provável e dois que possam representar efeitos adversos para a Companhia e sua controlada.

Como cenário provável (Cenário I) adotamos a taxa de juros IPCA, CDI, TJLP e o IGP-M de acordo com as projeções obtidas no BACEN - Banco Central - Relatório FOCUS, CETIP - Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos, BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social e FGV - Fundação Getúlio Vargas em 30 de junho de 2017.

Para os dois cenários adversos na taxa do IPCA, CDI, TJLP e IGP-M foram consideradas uma alta de 25% sobre o cenário provável (Cenário I) como cenário adverso possível (Cenário II) e de 50% como cenário adverso extremo (Cenário III).

Análise de sensibilidade de variações na taxa de juros

A sensibilidade de cada instrumento financeiro, considerando a exposição à variação da IPCA, CDI,

TJLP e IGP-M é apresentada na tabela abaixo:

Risco de taxa de juros sobre passivos financeiros - Apreciação das taxas

Instrumentos	Exposição 2017	Risco	Cenários					
			Provável		Aumento do índice em 25%		Aumento do índice em 50%	
			Valor		Valor		Valor	
Empréstimos e financiamentos	120.780	Aumento TJLP	7,00%	(8.455)	8,75%	(10.568)	10,50%	(12.682)
Empréstimos e financiamentos	60.493	Aumento UMIPCA	1,90%	(1.149)	2,38%	(1.437)	2,85%	(1.724)
Capital de giro	81.273	Aumento CDI	10,25%	(8.330)	12,81%	(10.413)	15,38%	(12.496)
Debêntures - Controlada	419.463	Aumento IPCA	3,60%	(15.101)	4,50%	(18.876)	5,40%	(22.651)
Debêntures - Controladora	93.181	Aumento IPCA	2,75%	(2.562)	3,44%	(3.203)	4,13%	(3.844)
Total dos passivos financeiros	775.190			(35.598)		(44.497)		(53.396)
Impacto no resultado do período apresentado						(8.899)		(17.799)

Risco de taxa de juros sobre passivos financeiros - Depreciação das taxas

Instrumentos	Exposição 2017	Risco	Cenários					
			Provável		Redução do índice em 25%		Redução do índice em 50%	
			Valor		Valor		Valor	
Empréstimos e financiamentos	120.780	Aumento TJLP	7,00%	8.455	5,25%	6.341	3,50%	4.227
Empréstimos e financiamentos	60.493	Aumento UMIPCA	1,90%	1.149	1,43%	862	0,95%	575
Capital de giro	81.273	Aumento CDI	10,25%	8.330	7,69%	6.248	5,13%	4.165
Debêntures - Controlada	419.463	Aumento IPCA	3,60%	15.101	2,70%	11.326	1,80%	7.550
Debêntures - Controladora	93.181	Aumento IPCA	2,75%	2.562	2,06%	1.922	1,38%	1.281
Total dos passivos financeiros	775.190			35.598		26.698		17.799
Impacto no resultado do período apresentado						(8.899)		(17.799)

A Companhia e sua controlada não apresentam quadro de sensibilidade de suas aplicações financeiras, o risco atrelado a estas aplicações não são materiais nas demonstrações financeiras em 30 de junho de 2017.

Risco de preço e valor de mercado

A presente estrutura tarifária cobrada nas praças de pedágio é regulada pelo poder concedente (ARTESP - Agência de Transportes do Estado de São Paulo). O contrato de concessão prevê a manutenção do seu equilíbrio econômico - financeiro. Determinadas situações permitem a Companhia requerer o equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão que naturalmente deverá ser aprovado pelo órgão regulador e poder concedente.

Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. A Companhia e sua controlada estão expostas ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação a contas a receber), de financiamento e depósitos em bancos e aplicações financeiras em instituições financeiras.

Quanto ao risco de crédito associado às aplicações financeiras e equivalentes de caixa, a Companhia e sua controlada somente realizam operações em instituições com baixo risco avaliadas por agências independentes de rating. Os saldos contábeis representam a exposição máxima ao risco de crédito.

Gestão do capital social

O objetivo principal da administração de capital é assegurar que este mantenha uma classificação de crédito forte e uma razão de capital livre de problemas a fim de apoiar os negócios e maximizar o valor ao acionista.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia e sua controlada podem ajustar o pagamento de dividendos aos acionistas ou emitir novas ações.

23 Cobertura de seguros - consolidado

A sua controlada adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

As coberturas de seguros, conforme apólices de seguros da sua controlada, são compostas por:

Modalidade	Vigência	Cobertura
Garantia operação	Mai/2017 a Mai/2018	78.133
Garantia ampliação	Mai/2017 a Mai/2018	127.094
Operacionais	Mai/2017 a Mai/2018	1.702.605
Responsabilidade Civil	Mai/2017 a Mai/2018	33.300
Engenharia	Mai/2017 a Mai/2018	18.000
Engenharia - Obra Bauru	Mai/2017 a Mai/2018	53.500

Em virtude da aquisição de dos veículos pesados para a operação da Rodovia, foram contratadas coberturas de Responsabilidade Civil contra Terceiros (Danos Materiais, Corporais e Morais).

24 Benefícios a empregados - consolidado

A Companhia e sua controlada mantém os seguintes benefícios de curto prazo a empregados e administradores: auxílio creche, assistência médica, seguro de vida, vale-refeição, transporte e vale alimentação.

Não é política da sua controlada conceder benefícios pós-emprego, outros benefícios de longo prazo, bem como remuneração baseada em ações. Nas rescisões de contrato de trabalho considera-se a legislação trabalhista em vigor.

25 Aspectos ambientais - consolidado

A sua controlada considera que suas instalações e atividades estão sujeitas as regulamentações ambientais. A sua controlada diminui os riscos associados com assuntos ambientais, por procedimentos operacionais e controles com investimentos em equipamento de controle de poluição e sistemas. A sua controlada acredita que nenhuma provisão para perdas relacionadas a assuntos ambientais é requerida atualmente, baseada nas atuais leis e regulamentos em vigor.

26 Risco regulatório - consolidado

A Companhia e suas controladas desconhecem quaisquer eventos de iniciativa do governo estadual que possam afetar a continuidade da exploração da rodovia. Em relação a um possível ato político que implique no rompimento da relação contratual, consideramos de probabilidade remota.

A Companhia e suas controladas, segundo pesquisas de opinião, goza de aceitação e satisfação perante o público em geral e não se encontra em processo de medida judicial que possa vir a prejudicar suas atividades.

Quanto a eventos provocados pela natureza, entende-se que o trajeto da rodovia, em sua maioria plano e distantes de acidentes geográficos potencialmente prejudiciais, não apresenta grandes riscos ao andamento dos trabalhos de reforma e ampliação. Importa ressaltar, por outro lado, que a Companhia se encontra coberta com a apólice de seguros das operações, riscos de engenharia, conforme apresentado na nota explicativa nº 23.

A Companhia e suas controladas, durante o curso normal das suas atividades está sujeita a fiscalizações do órgão regulador, estando suscetível a questionamentos e as penalidades cabíveis, caso não esteja atendendo as obrigações licitatórias. Para os questionamentos realizados pelo órgão regulador a Companhia realizou os devidos esclarecimentos e com base neste fato, e na avaliação dos seus assessores jurídicos, não constatou qualquer evento relevante que possa afetar as suas demonstrações financeiras.

27 Compromissos vinculados a contrato de concessão - consolidado

Decorrente da verba de fiscalização

A sua controlada assumiu o compromisso ao longo de todo o prazo de concessão de efetuar um pagamento no valor correspondente a 3% da receita bruta de pedágio e das receitas acessórias efetivamente obtidas pela concessionária, portanto em 27 de julho de 2013 foi publicado no Diário Oficial a redução do percentual para 1,5%, passando a vigorar a partir de julho de 2013 conforme descrito na nota explicativa nº 1.

Investimentos

De acordo com o programa estadual de concessão de rodovias, a Companhia assumiu a rodovia com a previsão de realizar investimentos durante o prazo da concessão. Esse montante a realizar em 30 de junho de 2017 totaliza R\$ 837.420 valor nominal.

28 Demonstrações de fluxo de caixa - consolidado

As demonstrações dos fluxos de caixa foram elaboradas de acordo com o CPC 03 R2.

Durante o período findo em 30 de junho de 2017 a controladora adquiriu ativo intangível no montante de R\$ 12.735, dos quais R\$ 636 são itens não caixa referente às retenções parciais do valor de serviço contratado - fornecedores, para honrar com possíveis riscos de contingências dos terceiros.

29 Outros assuntos

Em 01 de julho de 2016, foi cumprido na sede da controlada o Mandado de Busca e Apreensão, expedido pelo Supremo Tribunal Federal, com o objetivo de obter evidências para investigação de diversos financiamentos concedidos pelo FI-FGTS, tendo sido pela controlada disponibilizadas todas informações solicitadas.

A controlada contratou especialistas externos para conduzir investigação interna independente, sobre o tema supracitado, compreendendo o período de março de 2011 à maio de 2012. A investigação não identificou riscos legais atribuíveis à controlada com relação aos fatos da investigação.

Até o momento, não houve qualquer desdobramento desta ação, sendo que a Companhia e sua controlada nunca figuraram como parte investigada em qualquer procedimento. A Companhia e sua controlada continuam à disposição das autoridades legais para prestar esclarecimentos adicionais que se fizerem necessários.

* * *

Diretoria

Maria Zélia Rodrigues de Souza França - Diretora
Ricardo de Souza Adenes - Diretor

Conselheiros

Antônio Roberto Beldi
Paulo Sergio Coelho
João Paulo Barros Beldi
Ricardo Constantino.

Contador

Marcelo Carlos Biancolini
Contador - CRC/SP nº 1SP236252/O-0